

A participação sul-americana em operações de paz: uma estratégia regional de política externa?¹

Tiago Pedro Vales²

Resumo

Com a ascensão das operações de paz promovida mundo afora pela Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente a partir da década de 1990, vários países sul-americanos, passaram a aprimorar seus mecanismos para colaborar com essas operações e, conseqüentemente, intensificaram sua presença nas mesmas. Essa política coincide e se relaciona com momentos específicos de mudanças na política doméstica de países que, no geral, passavam por mudanças na ordem política e constitucional. Relaciona-se também com a necessidade da região se inserir internacionalmente na ordem. O objetivo deste ensaio é oferecer um estudo dos propósitos que levaram países sul-americanos, recortados aqui para Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela, a colaborarem com essas operações de paz, principalmente a partir da década de 1990. A intenção é tentar perceber para quais interesses domésticos essa política tem sido direcionada. Argumenta-se que, embora a política de colaborar com as operações de paz atenda certos aspectos que concernem à política regional, os maiores incentivos para a presença desses países nessas operações servem mais às necessidades domésticas desses Estados.

Palavras-chave: Operações de paz, América do Sul, Organização das Nações Unidas

Abstract

Several countries from South America decided to join the United Nations' Peacekeeping Operations after this organization has promoted this measure as a wide world policy in order to provide a peace

¹ Comunicação aprovada em processo de seleção científica, apresentada pelo doutorando Tiago Vales no IV Colóquio dos Doutorandos do CES – realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2013 – na Linha Temática 12 do evento “*Relações Internacionais e seus contextos: entre a(s) teoria(s) e a(s) história(s)*” na mesa 12.4 “*Perspectivas Críticas sobre a Prática da Paz*”.

² Mestre em História e Cultura Política pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Franca - SP, atuando na área de História e Cultura Política e Relações Internacionais. Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) e do Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB). Experiência em Pesquisa na área de Política Internacional, Relações Econômicas Bilaterais e Defesa, Segurança e Paz. Doutorando em Relações Internacionais - Resolução de Conflitos pela Universidade de Coimbra, em Portugal.

Filiação Institucional: Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal.

environment where they judge it is necessary. This option, chosen by these countries, matches and relates to some particular moments of important changes in domestic political and constitutional orders in these countries. This policy is also related to the necessity in the region on insertion on this new international world order rising in the early 90's. The main goal of this essay is to offer a study about the central motifs that made South American countries, limited here to Brazil, Argentina, Uruguay and Venezuela to start a policy of sending troops to Peacekeeping operations under the United Nations' management. The intentions are directed in the sense of understand which domestic interest are being fulfilled with this policy. It is argued that, although the policy of supporting peace operations meet certain aspects that concern regional policy, greater incentives for the presence of these countries in these operations serve more domestic needs of those States.

Key-Words: Peacekeeping operations, South America, United Nations

Introdução

Os países sul-americanos, guardadas algumas exceções, constam entre os que mais contribuem com efetivos militares para as operações de paz implementadas mundo afora sob o marco legal e gerenciamento das Nações Unidas (ONU), principalmente nas últimas duas décadas. Atualmente, esses países tentam se organizar em um bloco regional compartilhando valores e políticas em vários aspectos. Tais esforços vem sendo traduzidos em instituições como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade Andina e, mais recentemente, a União dos países Sul-Americanos (UNASUL). O principal objetivo dessas iniciativas é promover a integração regional coordenando e organizando diversos campos, desde questões econômicas a temas relacionados às Forças Armadas.

O objetivo deste artigo é verificar quais propósitos a participação de países sul-americanos, recortados aqui para o Brasil, Uruguai, Argentina e Venezuela, têm sido atendidos ou para quais interesses regionais ou domésticos essas políticas tem se direcionado. Esses países compartilham, vinculados ao Mercosul, um grande interesse na integração regional e têm voltado suas políticas externas para esse fim mais acentuadamente a partir do início da década de 1990. Argumenta-se que, embora a política de colaborar com as operações de paz atenda certos aspectos que concernem à política regional, os maiores incentivos para a presença

desses países nessas operações servem mais às necessidades domésticas desses Estados.

O presente texto obedece à seguinte organização. Primeiramente apresenta-se brevemente o contexto no qual os citados países tem implementado suas políticas de contribuição para as operações de paz. Em um segundo momento, examina-se com maior proximidade cada país em função das suas contribuições específicas para as operações de paz. Toma-se uma perspectiva histórica de modo a verificar como e quais questões domésticas tem sido correspondidas pelas participações em operações de paz.

As Nações Unidas e as operações de paz e o fim da Guerra Fria.

A ascensão de uma nova ordem mundial após o fim da Guerra Fria o início dos anos 1990 trouxe uma um novo paradigma para as intervenções e operações de paz que já vinham sendo implementadas pelas Nações Unidas (ONU) desde a sua fundação, no pós-Segunda Guerra.

A natureza das operações organizadas sob a conduta das Nações Unidas nem sempre foi a mesma. As concertações políticas que equilibravam as divisões de poder durante a Guerra Fria acabaram por conseguir suprimir uma atuação mais assertiva e transformadora das Nações Unidas, que viu-se eclipsada perante a força e influência dos blocos americano e soviético que se opunham. Tal oposição refletia-se, entre outros aspectos, em vetos mútuos no Conselho de Segurança das Nações Unidas, órgão responsável por deliberar sobre as operações de paz. As operações de paz implementadas neste período, no geral, eram compostas por oficiais desarmados ou com armamentos o suficiente apenas para sua própria defesa. Essas missões visavam o monitoramento de cessar fogos, patrulhamento de fronteiras ou áreas de tensão ou zonas de exclusão, apoiar a saída de tropas e o acompanhamento de negociações para a promoção de acordos de paz (Bigatão, 2007). Tinham objetivos bastante específicos e centrados principalmente em findar o conflito.

Uma vez que, com o fim da Guerra Fria houve maior abertura política, as Nações Unidas viram-se com a oportunidade de promover-se como uma instituição internacional de peso relevante e consolidar-se como tal. A organização viu nas operações de paz um instrumento eficaz na busca por esse objetivo. Primeiro porque associava a organização à política de

resolução de conflitos e promoção da paz, aspectos ligados a um dos objetivos principais da organização:

Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz (UN, 1945),

e depois porque as operações, embora não estejam diretamente mencionadas na Carta, encontram respaldo legal neste mesmo documento, nomeadamente nos capítulos 6 e 7 que versam sobre a possibilidades de implementar iniciativas, incluindo empreendimentos militares, com o fim de interferir em determinada situação para a manutenção ou promoção da paz.

Neste contexto, as operações de paz passaram a ter uma agenda mais ampla. Seus mandatos tinham, para além das questões tradicionais, uma agenda voltada para a transformação de um ambiente violento e conflituoso para outro suficientemente pacífico em vários níveis. Assim, prestavam-se à ajuda humanitária, defesa e promoção dos direitos humanos, reestruturação econômica e dos setores administrativos e reconstrução da infraestrutura. (Bigatão, 2007).

As operações de paz aumentaram em número e diversificação. Criou-se, então uma demanda por soldados, especialistas, negociadores, entre outros profissionais ligados às questões de conflitos. Tal situação acabou por chamar a atenção de países para o potencial que essas medidas tinham para a promoção de suas políticas e posições a nível internacional, bem como para contribuir com soluções para questões de âmbito doméstico.

Assim vários países sul-americanos que já colaboravam com essas operações passaram a aprimorar seus mecanismos e intensificaram sua presença nas mesmas. Essa política coincide e se relaciona com momentos específicos de mudanças na política doméstica países que, no geral, passavam por mudanças e adaptações na ordem política. Relaciona-se também com a necessidade da região se inserir internacionalmente no contexto internacional emergente na

década de 1990. As próximas seções deste texto abordam aspectos particulares de cada país em função de sua colaboração para operações de paz.

A participação Sul Americana em operações de paz

Uruguai

Apesar do grande incentivo e colaborações para as operações de paz durante os anos 1990, o Uruguai participa dessas operações de forma ininterrupta desde a década de 1950, quando decide enviar oficiais observadores militares à *United Nations Military Observer Group in India and Pakistan* (UNMOGIP) (DPKO, 2012). Mais do que isso, as Forças Armadas uruguaias consideram que sua experiência em participação em operações com esse caráter começa em 1935, quando foram convidadas a juntar-se a suas pares brasileiras, estadunidense, peruana, chilena e argentina na formação da Força Militar Neutra, implementada multilateralmente para atuar no conflito do Chaco Boreal, na fronteira da Bolívia e Paraguai. (Esteyro, 2004).

A continuidade dessa política de participação em operações de paz permite caracterizar tal prática como uma política externa de Estado. Desde 1952, quando o Uruguai envia militares à UNMOGIP até os dias atuais, o governo uruguaio passou por diversos mandatários, alterações de partidos políticos e elites no poder, como os históricos concorrentes do partido Nacional (ou Blanco) e Colorado. Duas mudanças de regime político, primeiro com a instalação do regime burocrático-autoritário a partir de 1973 e a volta do poder aos civis em 1985 (Nahum, 2002). E, por fim, a ascensão da Frente Ampla, uma coligação de partidos de esquerda que tem entre seus membros antigos guerrilheiros que combatiam o governo autoritário, em 2005 (Arteaga, 2002). Apesar das diferenças de gestão e visão política, a política de envio de militares a operações de paz não só foi mantida como foi incentivada, principalmente após a saída dos militares do poder.

A participação dos militares uruguaios em operações de paz passa por um grande incremento no início da década de 1990. Após o fim do governo militar, os sucessores não

conseguiram providenciar alguma função para as Forças Armadas tal como se configuravam, visto que os inimigos de outrora já não representavam mais uma ameaça aos olhos do governo. O simples desligamento do pessoal integrante das Forças Armadas também não era uma medida eficaz, já que a instituição significava fonte de renda e de inserção social para parte importante da população. Por outro lado, há uma recondução do orçamento estatal que transferiu as verbas do Ministério da Defesa, responsável pelas Forças Armadas, para outros ministérios como o do Interior, Agricultura e Educação (Gonzalez, 2002).

Tendo em vista as necessidades de reinserção, profissionalização e questões orçamentárias das Forças Armadas, o governo uruguaio, sob a presidência de Luiz Lacalle (1990 – 1995), passou a enviar não só seus tradicionais observadores, mas também tropas e policiais para servir às Nações Unidas no Camboja, em 1992. A partir de então, o país passou a enviar soldados para desenvolver tarefas diversas em mandatos diversos.

Mais do que enviar efetivos militares, as Forças Armadas Uruguaias promoveu uma série de mudanças estruturais para desenvolver mecanismos de aprimoramento de oficiais, como a Escola de Operações de Paz do Exército (EOPE) (1998), o Sistema Nacional de Apoio às Operações de Paz (SINOMAPA) (1995), e finalmente, a integração dos setores das Forças Armadas na Escola Nacional de Operações de Paz (ENOPU).

Até 2010, o Uruguai mantinha cerca de 20% das Forças Armadas envolvidos em operações de paz, o que representa 2686 efetivos. Segundo o ranking do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (DPKO), o Uruguai aparece entre os quinze países que mais contribuem, ao lado da Índia, Paquistão e Bangladesh, por exemplo, que ocupam o topo da lista, mas que dispõem de Forças Armadas muito mais numerosas (DPKO, 2012).

Brasil

A recente atuação do Brasil em operações de paz também constitui uma política externa de Estado, já que ultrapassa os limites dos mandatos de diferentes partidos e reflete uma intenção mais assertiva e pragmática em relação ao período anterior à democratização. Está presente no Documento da Política de Defesa Nacional (2005): “Para ampliar a projeção do país no concerto

mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais” (Brasil, 2005).

A presença do Brasil em OMP reflete o reconhecimento dos mecanismos multilaterais como meio legítimo para formulação de políticas. Segundo o ex-ministro das Relações Exteriores e atual ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim, o engajamento brasileiro em operações de paz “reflete [a] convicção de que, por refletirem a vontade da comunidade internacional, as Nações Unidas estão melhor equipadas do que qualquer país individual para promover a paz e a segurança internacionais”. (Amorim, 2007)

A motivação para a participação em OMP reside no entendimento de que tais iniciativas beneficiam a reputação internacional e aumentam a projeção de poder econômico e político do país (Bracey, 2010: 315). Está associada ao objetivo brasileiro em obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Uziel, 2010: 101), posição que garantiria ao Brasil maior peso regional na América Latina e presença nos assuntos de segurança internacional. Neste sentido, diferentemente de outros países grandes contribuintes de tropas, o Brasil passou a orientar sua política de participação em operações de paz para as áreas onde tem interesse geopolítico, levando em conta sua condição por si assumida enquanto representante do mundo em desenvolvimento.

O Brasil participa das operações de paz desde 1956 quando integrou a *First United Nations Emergency Force-I* (UNEF) I. Tradicionalmente o país só recusa a participar quando julga não ter condições de se envolver¹ (IPEA, 2010: 13–14). O Brasil participou de 36 operações de paz e está presente em 11 das operações atualmente em andamento. (DPKO, 2012). Durante certo tempo, o país participava enviando oficiais militares de Estado-Maior (Kenkel, 2011: 23). Por princípios de política externa, o país não participava de operações baseadas no Capítulo VII da Carta da ONU, pois entendia que tais operações não eram compatíveis com o princípio da não intervenção em assuntos internos de outros Estados.

Vale considerar que, no período de governo militar (1964 – 1985) o país pouco se envolveu com operações de paz, mas manteve o compromisso com as que já estavam em andamento. Os

militares, enquanto mandatários *de facto* do país, entendiam os organismos multilaterais como palco de ação das superpotências mundiais e instrumentos de consolidação do seu poder em detrimento de outros Estados (Diniz, 2007: 95). A conscientização enquanto potência emergente, o retorno dos civis ao poder e o advento da globalização mudou essa postura. O país adotou, então, uma política externa de “autonomia por meio da integração”, participando ativamente de organizações multilaterais a fim de maximizar a sua influência no sistema internacional e melhorar suas capacidades gerais, inclusive na área de defesa e segurança (Bracey, 2010: 315).

Assim, a presença brasileira em OMP passou a conotar o interesse de expandir suas zonas de influência em determinados locais. Apesar da quantidade e variedade, as participações mais significativas e complexas estão nos países de língua portuguesa, como Timor-Leste, Moçambique e Angola, e na América Latina, como no caso do Haiti (Bracey, 2010: 316). As OMP no Timor-Leste, a partir de 1999, e no Haiti, em 2004, são as operações às quais o Brasil mais se envolveu, considerando envios de efetivos militares e esforços diplomáticos.

O Brasil envolveu-se em cinco OMP no Timor-Leste desde 1999 – *United Nations Mission in East-Timor* (UNAMET), *International Force for East-Timor* (INTERFET), *United Nations Transitional Administration in East-Timor* (UNTAET), *United Nations Mission of Support in East-Timor* (UNMISSET) e *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste* (UNMIT). O Brasil viu no conflito do Timor-Leste uma oportunidade de incrementar suas relações diplomáticas no sudeste asiático. A participação brasileira nas operações no Timor não é militarmente robusta³. Por outro lado, há um grande envolvimento diplomático. O Brasil usou da sua condição em comum com o Timor de ex-colônia portuguesa para conseguir mediar as negociações com a Indonésia, cujas relações econômicas, por outro lado, representavam oportunidades de investimento promissoras (Pepe e Mathias (2006: 50 – 52). A aspiração pelo assento permanente também esteve presente na justificativa do país para participar nessas operações. A participação brasileira no Timor-Leste ainda marca o início da cooperação do país em operações de paz legitimadas pelo Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, fator que até então era motivo para o Brasil recusar a participar de atividades com esse caráter (Souza Neto, 2009:

³ O Brasil enviou 57 soldados para a INTERFET e 91 para a UNTAET (Bracey, 2011:322)

6).

A *United Nations Stabilization Mission for Haiti* (MINUSTAH), no Haiti, é onde o Brasil mais aparece enquanto potência emergente. A MINUSTAH marca a mudança da política externa brasileira que trocou o princípio da não intervenção pela não indiferença (Uziel, 2010: 102). Pois, como afirmou o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a participação na MINUSTAH, “parte do princípio de que a paz não é um bem internacional livre: a manutenção da paz tem um preço.

Esse preço é o da participação. Ausentar-se ou eximir-se de opinar ou agir diante de uma situação de crise pode significar a exclusão do processo de tomada de decisões, ou, pior, a dependência em relação a outros países ou regiões” (Amorim, 2004). A MINUSTAH é o maior esforço político e material brasileiro para projeção internacional, tanto em tropas enviadas quanto no envolvimento diplomático (Souza Neto, 2010: 32).

A missão aproximou os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, revelando um papel mais ativo do Brasil na segurança internacional, permitindo, então, firmar compromissos futuros em termos de segurança internacional. Permitiu a participação das Forças Armadas na diplomacia presidencial brasileira, onde o poder Executivo atua como articulador da imagem do país no exterior (Hirst, 2009: 10).

Argentina

Assim como os outros países vizinhos, a Argentina começou a colaborar com as operações de paz ainda na década de 1950, mais precisamente em 1958. Os primeiros oficiais observadores militares foram enviados ao Grupo de Observação das Nações Unidas no Líbano (UNOGIL). A justificativa para este empreendimento ancorava-se na afirmação de que as operações de paz serviam como ferramenta de inserção internacional e colaborações para a manutenção da paz, segundo as bases das Nações Unidas (Ezpeleta, 2001).

Assim como Uruguai e Brasil, a Argentina incrementou o número de efetivos enviados a operações de paz da ONU a partir da década de 1990, fazendo desta uma política externa de

Estado, uma vez que também foi um compromisso que permaneceu em meio às trocas e inconstâncias políticas e crises econômicas vividas pelo país na década de 1990 e 2000 (Llenderozas, 2006).

Em termos formais, o governo argentino considera as operações de paz um instrumento que fortalece suas posições de política externa e que encontra respaldo na sua política de defesa. Segundo o Livro Branco da Defesa Nacional de 2001, as operações de paz entre as coalizões multinacionais organizadas por entidades internacionais constituem uma missão secundária das Forças Armadas que vem a complementar ou apoiar medidas estratégicas de política externa.

As operações de paz tiveram um grande impacto na relação dos civis e militares na argentina. Após a derrota do país na Guerra das Malvinas (Ilhas Falkland), o governo civil, recentemente instalado no país impôs cortes orçamentais às Forças Armadas que implicou em sérios descontentamentos desta com o governo civil. Três revoltas dos militares contra o governo civil até 1991 expuseram a necessidade de reforma dessa instituição que precisava redefinir seu papel perante a sociedade civil.

O envio a operações de paz apareceu como uma solução para os problemas envolvendo a relação civil-militar na Argentina. Para esse novo propósito, ainda que secundário na hierarquia das responsabilidades das Forças Armadas, a instituição foi obrigada a se reorganizar, pois dependia de novos recrutamentos, de estabelecer vínculos com instituições civis e ocupar-se com questões externas ao país, afastando militares de questões políticas domésticas. As compensações financeiras proporcionadas pela ONU aos efetivos empregados em operações de paz também serviram para abrandar as críticas dos militares ao poder civil sobre compensações financeiras. (Sotomayor, 2007)

Assim, as operações de paz, no caso argentino, serviram e tem servido para atender a necessidades internas de relações institucionais domésticas. Quanto a esse objetivo, essa política parece ter resultado, apesar de trazer outras necessidades como a de maior transparência no gerenciamento de verbas. No entanto, quanto ao apoio a políticas regionais, fica restrita a cooperações pontuais de treinamento e à MINUSTAH que, por sua vez, também atende a interesses geopolíticos exclusivamente argentinos.

Venezuela

Diferente dos outros países aqui explorados, a Venezuela não se mantém presente em operações de paz desde 2003 (DPKO, online). Contudo, a Venezuela participou de duas operações de grande destaque na região, a United Nations Mission Observer in El Salvador (ONUSAL) e a United Nations Verification Mission in Guatemala (MINUGUA), colaborou ainda com a United Nations Mission in Haiti (UNMIH).

Assim como a presença de efetivos dos demais países explorados relaciona-se com questões estratégicas internas, também a ausência venezuelana encontra seus motivos em questões domésticas. Após a chegada de Hugo Chávez ao poder em 1998, o país viu-se em vias de significantes mudanças estruturais internas. A nova constituição da República Bolivariana da Venezuela de 1999 reconhece as Nações Unidas enquanto organização internacional e se dispõe a colaborar com esta.

O que causa algum desconforto para a colaboração da Venezuela em operações de paz tal como seus vizinhos o fazem é o princípio da responsabilidade de proteger aprovado pela ONU. Tal princípio poderia ser usado contra a Venezuela com eventual respaldo da comunidade internacional. Chávez e partidários atribuem às operações de paz a acusação de que são instrumentos de potências ocidentais para defenderem seus interesses e interferirem em estados que possuem recursos estratégicos ou econômicos. (Suzart, 2009).

Para além disso, a história recente da Venezuela traz elementos que exigem atenção das Forças Armadas no país. O governo venezuelano acusa os Estados Unidos de tentar desestabilizar o mandato bolivariano através de ações na imprensa entre outros, Também acusa os estadunidenses de terem participado ou incentivado o golpe que manteve Chávez fora do poder por 48 horas em 2002. Assim, manter parte do contingente venezuelano empregado fora do país significaria diminuir a capacidade de defesa do governo frente à possibilidade da ação de inimigos do regime vindos principalmente do território colombiano, que tem nos Estados Unidos seu mais importante parceiro.

A Venezuela, então, prefere colaborar bilateralmente com países que necessitam de seu

apoio através de auxílios financeiros, por exemplo. Em recente debate sobre as operações de paz, a Missão Permanente da Venezuela nas Nações Unidas (2013) reafirmou suas posturas sobre as operações de paz perante às Nações Unidas reafirmando seu respeito à não intervenção internacional em assuntos internos, ao não uso da força e advogou que as operações de paz devem se limitar a usar da influência política para a resolução de conflitos e não ser uma alternativa a esta postura.

Palavras Finais

Analisando algumas particularidades da política de envio de efetivos militares a operações de paz foi possível perceber que essas correspondem a aspectos domésticos, em primeiro lugar. Mesmo a decisão venezuelana de não enviar efetivos militares, alegando falta de compatibilidade com as políticas externas do país, tem um correspondente doméstico que justifica sua ausência de operações militares junto as Nações Unidas ou qualquer outra instancia multilateral.

A cooperação regional para as operações de paz não são totalmente inexistentes. Pelo contrário, a MINUSTAH é um marco interessante nas relações regionais da América do Sul. Contudo, no caso brasileiro, por exemplo, serve mais como ferramenta de projeção internacional e de liderança regional que um esforço de cooperação com os países da região. Do mesmo modo, para a Argentina, os motivos seriam no sentido de acompanhar estrategicamente a política e interesses de seus vizinhos, Brasil e Chile, que integram a mesma missão enquanto forças conjuntas. Uruguai, por sua vez, mantém no Haiti um dos seus maiores contingentes fora do país, no entanto, preferiu manter-se sintonizado com seus vizinhos, mas a parte de uma coalizão sul americana justificando que teria interesses próprios no Haiti.

Apesar de existir vários incentivos à integração do bloco, esses ainda não chegaram completamente a serem implementados de forma mais afirmativa no que se refere a operações de paz de instâncias multilaterais.

Referências Bibliográficas

Amorim, Celso. (2004) “Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula. *Diplomacia, Estratégia, Política*, 1(1), 41-48.

Amorim, Celso. (2007) Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da abertura do “Seminário de Alto Nível sobre Operações de Manutenção da Paz. Disponível em: <<http://mundorama.net/2007/02/05/discurso-do-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-abertura-do-%E2%80%9Cseminario-de-alto-nivel-sobre-operacoes-de-manutencao-da-paz%E2%80%9D-brasilia>> Acesso em: 22-11-2012.

Arteaga, Juan José. (2000) *Uruguay – Breve Historia contemporânea*, Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica.

Bandeira, L. (2008) “O Brasil como potência regional e importância estratégica da América do Sul na sua política exterior” *Temas & Matizes*, v. 8, 9-29.

Bigatão, Juliana (2007) “As operações de manutenção da paz das Nações Unidas no pós -Guerra Fria: o caso dos conflitos armados intra-estatais. Encontro da Associação Brasileira dos Estudantes de Defesa (ABED). Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Juliana%20P%20Bigatao%.pdf>. Acesso em 14 de novembro de 2013.

Bracey, D. (2011) “O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti”, *Contexto internacional*, , 33(2), 315-331.

Brasil. (2005) *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Disponível em: <<http://merln.ndu.edu/whitepapers.html>>

Brigagão, C. Seabra, R. (2009) “Panorama estratégico da política externa brasileira. Os caminhos da inserção internacional” *Relações Internacionais*, 24, Dezembro de 2009, 75 – 81.

Cerqueira, R. (2008) “Da negação à pretensão. O discurso de liderança regional brasileiro nos governos Cardoso e Lula” *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*

Disponível em: <anphlac.org/upload/anais/encontro8/rodrigo_cerqueira.pdf>. Acesso em: 28-11-2012

Diniz, E. (2007) *Peacekeeping and the evolution of foreign policy*, in Fischel, J. e Saenz, A. (Eds.) *Capacity-building for peacekeeping: the case of Haiti*. Washington - DC: National Defense University Press.

Diniz, E. (2005) O Brasil e a MINUSTAH. *Security and Defense Studies Review, Interdisciplinary Journal of the Center for Hemispheric Defense Studies*, 5(1). Disponível em: <http://www.cprepmauss.com.br/documentos/obrasileaminustha98283.pdf>> Acesso em: 4-12-2012.

DPKO (2012) *Peacekeeping Fact Sheet*. Disponível em: < <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml>>. Acesso em: 04-12-2012

Esteyro, Juan L. (2004) La difícil profesión de la paz. Centro Coordinador de Operaciones de Mantenimiento de la Paz. Montevideo: Estado Mayor General del Ejército

Ezpeleta, Santiago (2001) Participación de la Republica Argentina en las operaciones de mantenimiento de la paz de la Organización de las Naciones Unidas. *Instituto de Estudios Estrategicos de Buenos Aires*, online, Julho de 2001.

Gonnet, Diego; Hernandez, Diego. (2008) *Uruguayan participation in UN peace operations: An underestimated international insertion tool*. Cuad.CLAEH, Montevideo, v. 4, Selected Edition

González, Julián G. (2002) La Política Exterior del Uruguay en el Ámbito de la Defensa, toma de decisión en un tema opaco. Un avance en la interpretación de las relaciones FFAA y Sociedad en el Uruguay del Siglo XX. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Instituto de Ciência Política, Faculdade de Ciências Sociais – Universidad de la República. (inédito). Montevideo

Hirst, Monica; Lima, M. (2006) “Brazil as an Intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities”, *International Affairs*, 82(1), 21-40.

Hirst, Monica. (2009) Strategic Posture Review: Brazil. *World Politics Review*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/20371093/Strategic-Posture-Review-Brazil>> Acesso em: 4-12-2012.

IPEA (2010) A presença Brasileira nas Operações de Paz das Nações Unidas. Rio de Janeiro: IPEA

Kenkel, Kay. (2010) “South America's Emerging Power: Brazil as Peacekeeper”, *International Peacekeeping*, 17:5, 644-661

Kenkel, Kay. (2011) “Interesses e identidades na participação do Brasil em operações de paz”, *Revista Tempo do Mundo*, 3(2), 9 – 33.

Llenderozas, Elsa (2006) Argentina, Brasil, Chile en la reconstrucción de Haiti: intereses motivaciones de la participación conjunta. *Latin American Studies Association*. San Juan.

Mathias, Suzeley; Pepe, Leandro. (2006) “O envolvimento do Brasil na questão timorense” *Lusitopie*, 13 (2), 49 –58.

Malamud, Andres. (2011) “Leadership without followers: the contested case for brazilian power status. *Latin America Politics and Society*, 53(3). 1-24

Misión Permanente de Venezuela ante las Naciones Unidas (2013) Debate sobre las operaciones de mantenimiento de la paz. *Cuarta Comisión de la Asamblea General de las Naciones Unidas*. New York, Oct. 2013

Nahum, Benjamin (2002) Manual de Historia del Uruguay – 1903 a 2000 (tomo 2). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental

Sousa, S. (2008) “Entre o Norte e o Sul: o papel do Brasil no sistema internacional de segurança”, Nueva

Sociedade, Edição especial em Português, 123-132.

Souza Neto, D. (2009) Participação sul-americana em operações de paz: um estudo de caso da participação dos países do Cone Sul na Minustah. Disponível em: <
http://www.temporesente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=4535:participacao-sul-americana-em-operacoes-de-paz&catid=35&Itemid=127>. Acesso em:4-12-2012

Sotomayor, Arturo (2007) La participacion em operaciones de paz de la ONU y el control civil de las Fuerzas Armadas: los casos de Argentina y Uruguay. *Foro Internacional*, XLVII(1)

Suzart, Adriana (2009) A Ausência da Venezuela nas Operações de Manutenção da Paz da ONU. In: XXI Congresso de Iniciação Científica da Unesp São José do Rio Preto. XXI Congresso de Iniciação Científica da Unesp. São Paulo - S.P.: Tec Art Editora Ltda., 2009. p. 0927-0930.

Uziel, E. (2010) O Conselho de Segurança, as operações de manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas, Brasília: FUNAG, 2010.

United Nations (1945) Carta das Nações Unidas. Texto em português disponível em:
<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>.

Vales, T. (2011) “Operações de paz como incentivo ao profissionalismo das Forças Armadas: o caso uruguaio”. *Meridiano47*, 12(128), 36-41.